**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. Aquisição de veículos policiais descaracterizados para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme as especificações descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **DESCRIÇÃO** |
| 1 | 50 | Sedan Luxo (descaracterizado) |

Tabela 1 - Veículos registrados para aquisição

* 1. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.
     1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
  2. Dessa forma, pretende-se efetivar a aquisição do respectivo item por meio de pregão eletrônico, **tipo menor preço por item**, de acordo com as especificações adotadas pela Polícia Federal e descritas neste Termo de Referência;

1. **JUSTIFICATIVA**
   1. Justificativas gerais da aquisição:

Para o fiel desempenho de sua missão constitucional, dentro dos padrões de excelência esperados, deve a Polícia Federal, observados os critérios de conveniência e oportunidade, adquirir veículos e promover a renovação da frota. A presente aquisição, que engloba diversos modelos de automóvel, almeja, portanto, conceder instrumentos mais adequados para um ganho operacional na atuação da Polícia Federal.

A missão Constitucional da Polícia Federal, em seu art. 144, estabelece como fator primordial, dentre outros, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas e exercer as funções de polícia de fronteiras.

Para cumprimento de sua missão constitucional, a Polícia Federal deve ter à sua disposição um aparato logístico capaz de garantir resultados eficazes, inclusive em locais inóspitos do país, sendo necessário possuir veículos preparados para melhor atender às demandas de segurança pública da população.

É por isso que, historicamente, o Departamento de Polícia Federal possui uma frota própria de veículos destinados à realização de sua atividade finalística, que em última instância é prover a segurança pública do país, em conjunto com os demais órgãos constitucionais.

Quanto à quantidade dos veículos que se pretende adquirir, levou-se em consideração o número de Superintendências Regionais e Delegacias em cada Estado, o porte dessas unidades, o número de servidores, a situação e quantitativo da atual frota de veículos, bem como as diversas solicitações das unidades para bem executar suas atribuições.

* 1. Justificativa para a necessidade de entrega dos veículos licenciados/emplacados nas Unidades da Federação onde forem recebidos e com tanque de combustível cheio:
     1. A exigência do licenciamento/emplacamento para esse tipo de aquisição faz-se necessária em razão dos impactos inerentes à realização de 27 processos licitatórios diferenciados para contratação de serviço de despachante em cada Unidade da Federação. Além disso, considerando a tramitação dos processos internos somada ao prazo demandado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito, os veículos ficariam parados durante todo este período, o que resultaria em desvantagem econômica;
     2. A exigência de tanque cheio também faz-se necessária visto que possibilita que as propostas sejam apresentadas em igualdade de condições – não há como certificar, caso seja solicitado 5 ou 10 litros, por exemplo, a real quantidade no tanque. Além disso, torna o processo logisticamente mais célere e menos oneroso, pois os veículos são entregues nas Superintendências Regionais do DPF, nas capitais dos Estados, e depois deslocados às Delegacias em outras cidades onde serão incluídos nos contratos de abastecimento de combustível. Devido aos trâmites burocráticos para essa inclusão os veículos poderiam ficar um período sem utilização;

1. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.
2. **APRESENTAÇÃO DO PROTÓTIPO E VISTORIA PRÉVIA**
   1. Antes da produção em série, a fim de verificar o atendimento dos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência e seus anexos, deverá ocorrer a apresentação formal do protótipo dos veículos com os respectivos acessórios e equipamentos devidamente instalados, conforme estabelecidos nas especificações técnicas anexas;
   2. A apresentação de protótipos faz-se necessária para garantir que os veículos com adaptações estejam de acordo com as especificações exigidas antes da produção total, reduzindo o custo e o tempo em caso de reprovações ou necessidade de pequenas modificações. Além disso, o protótipo aprovado é computado no quantitativo final, o que não causa gastos extras às montadoras/adaptadoras;
   3. A referida apresentação deverá ocorrer, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da publicação do contrato. A apresentação será feita à equipe técnica designada por portaria do Departamento de Polícia Federal, em local cujo acesso será franqueado pela empresa fornecedora do veículo;
   4. Serão observados, pela equipe avaliadora do protótipo, os seguintes critérios objetivos: atendimento às características do objeto e instalação dos equipamentos e acessórios, que deverão compor cada veículo; perfeito funcionamento do sistema elétrico, equipamentos sinalizadores e acústicos, de acordo com as disposições deste Termo de Referência;
   5. As alterações eventualmente indicadas no protótipo deverão ser corrigidas após comunicação oficial ao fornecedor, devendo as melhorias ser encampadas para o lote de bens destinados à entrega final;
   6. O protótipo será computado no quantitativo a ser adquirido, desde que atenda exatamente às especificações requeridas.
   7. Finalizada a produção e adaptação dos lotes e antes da entrega dos veículos às unidades, será agendada vistoria a ser realizada por equipe técnica indicada pelo DPF para verificar a conformidade com os protótipos aprovados e liberar a distribuição dos veículos.
3. **MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO**
   1. O local de entrega será em todas as Capitais dos Estados brasileiros, além de Santos/SP, Campinas/SP, Foz do Iguaçu/PR e Londrina/PR, sob total responsabilidade da Contratada, conforme QUADRO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA – ANEXO III, deste Termo de Referência, no endereço das Unidades Gestoras da Polícia Federal;
   2. Os bens deverão ser entregues ao Chefe do Núcleo de Transporte - NUTRAN ou seu substituto, ou setor equivalente, ou ao Chefe do Serviço de Logística - SELOG ou seu substituto na Unidade Gestora indicada; emplacados no município da entrega, com seguro obrigatório pago, com tanque cheio e acompanhados das respectivas Notas Fiscais, sem ônus adicional para o DPF;
   3. No ato da entrega dos veículos, a empresa deverá entregar também um “check-list” para cada veículo, com os dados que o individualizam (chassi, cor, etc.) e com os principais itens que devem estar presentes nele (baseado nos itens exigidos neste Termo) em perfeitas condições de uso e funcionamento;
   4. O “check-list” deverá ser elaborado pela empresa em conjunto com a DPC/CPLAM/DLOG/DPF, que aprovará esse documento;
   5. Após vistoria e verificação item por item do “check-list” que o veículo é realmente o que fora especificado no Termo de Referência e Proposta do fornecedor, um dos servidores ou comissão nomeados para recebê-los, conforme descrito no item 7.3, deverá expedir recibo, no próprio “check-list”, com seu nome, matrícula DPF e assinatura;
   6. Este recibo deverá ser recolhido pela Contratada e entregue ao fiscal do contrato ou comissão, ou ser escaneado e enviado para endereços eletrônicos fornecidos pelo fiscal ou comissão de fiscalização;
   7. O fiscal ou comissão de fiscalização do contrato e substitutos serão nomeados após a assinatura do contrato, e seus nomes, telefones e e-mails serão passados à Contratada. Esses fiscais serão o contato oficial entre a Contratada e o Contratante e o canal para garantir a boa execução do contrato, inclusive seu pagamento;
   8. À medida que os recibos e as notas fiscais forem entregues aos fiscais do contrato, caso o tipo do empenho e o modelo de faturamento da empresa permita, ele autorizará o pagamento paulatinamente;
   9. O(s) documento(s) de despesa deverá(ão) ser entregues aos fiscais do contrato, ou substitutos, que irá atestá-lo(s) quando comprovada a fiel e correta entrega dos bens e as encaminhará para a unidade competente para o pagamento;
   10. A presença da fiscalização do DPF não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;
   11. Caberá aos nomeados referidos no item 7.3, bem como aos fiscais do contrato ou substitutos, rejeitar totalmente ou em parte qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, assim como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento;
   12. A licitante vencedora obriga-se a entregar os bens a que se refere este Termo de Referência de acordo, estritamente, com as especificações neste descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto no todo ou em parte em que for constatado pela Administração não estar em conformidade com as referidas especificações, mesmo que após o recebimento definitivo;
   13. Não será aceito turbinamento de motores de veículos com intuito de ganhar potência e sim a potência declarada pelo fabricante (motor turbinado de fábrica);
   14. O recebimento pelo Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os materiais de acordo com as condições contidas no Edital e na proposta da Contratada, nem invalida qualquer reclamação que o Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação;
   15. Recebido os veículos, e, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, dentro do prazo de garantia, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a substituição/reparação por conta do fornecedor;
   16. Os veículos serão entregues de acordo com os quantitativos constantes no contrato e na Ata de Registro de Preços, podendo ser na sua totalidade ou de acordo com a demanda da Administração, podendo ter seus prazos prorrogados, mediante solicitação por escrito justificada da contratada, cujo juízo de aceitação é de livre arbítrio da Administração do DPF;
   17. Caso haja nova demanda, esta obedecerá ao mesmo prazo e condições de entrega, podendo, com a concordância de ambas as partes ser definido outro, desde que seja mais vantajoso para a Administração. Esses deverão estar consignados nos contratos para o fornecimento da respectiva demanda;
   18. A Polícia Federal se reserva ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento dos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes;
   19. Os veículos deverão ser entregues na Unidade Gestora a que forem destinados, devidamente licenciados e emplacados para o município da unidade da Polícia Federal que o receberá, conforme quadro de distribuição, de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com tanque de combustível cheio;
   20. O emplacamento dos veículos deste termo de referência deverão obedecer ao disposto no artigo 116 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro:

“Art. 116. Os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal, devidamente registrados e licenciados, somente quando estritamente usados em serviço reservado de caráter policial, poderão usar **placas particulares**, obedecidos os critérios e limites estabelecidos pela legislação que regulamenta o uso de veículo oficial”. (grifo nosso)

* 1. A Contratada poderá efetuar entregas parciais e antecipadas dos bens licitados, desde que não excedam os limites fixados na demanda empenhada.

1. **AVALIAÇÃO DO CUSTO**
   1. O custo estimado total da presente contratação é de **R$ 4.860.750,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil, setecentos e cinquenta reais).**
   2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG.
2. **RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. Os bens serão recebidos:
3. Provisoriamente, a partir da entrega na unidade de destino do veículo, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta do fornecedor;
4. Definitivamente, no prazo de **até 30 (trinta)** dias do recebimento provisório, após a constatação do atendimento das eventuais correções/complementações apontadas na fase anterior e do emplacamento do veículo, observado a exigência do item 5.20;

7.1.1- O recebimento provisório irá acontecer após a aprovação da Comissão responsável pela vistoria, conforme item 4.

* 1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
  2. Todo recebimento de material será confiado a um fiscal ou uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados por Portaria expedida pela autoridade competente;
  3. O órgão licitante poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos bens a serem adquiridos;
  4. O prazo de entrega de todos os veículos, após cada demanda empenhada será de **150 (cento e cinquenta)** dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;
  5. Neste prazo estão compreendidos: a elaboração e aprovação do projeto de sinalização, acústica, pintura e dos acessórios policiais, a execução dos serviços, a realização das inspeções, as emissões dos termos de conformidade e dos respectivos certificados, e a realização dos procedimentos de regularização dos veículos nos órgãos de trânsito dos respectivos Estados.
  6. O licitante vencedor a ser contratado deverá fornecer juntamente com os bens a serem adquiridos documento de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em nome do fabricante a garantia técnica, inclusive dos veículos com adaptações, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos:
  7. Garantia Total de **24 (vinte e quatro)** meses: para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações exigidas no edital pelo DPF;
  8. Garantia Total de **24 (vinte e quatro)** meses: para os equipamentos adicionais e acessórios exigidos no edital pelo DPF, incluindo o grafismo padrão exigido pelo DPF;
  9. Garantia Total de **24 (vinte e quatro)** meses: para a pintura, carroçaria do veículo e componentes internos de motor e transmissão;
  10. Garantia Total de **36 (trinta e seis)** meses para os dispositivos de sinalização (acústica e visual);

7.11.1- Compete à CONTRATADA a responsabilidade de cumprimento dos prazos de garantia, não devendo superar 30 (trinta) dias para resolução de eventuais defeitos;

7.11.2- A CONTRATADA deverá ter em cada uma das capitais brasileiras um agente credenciado/autorizado para resolução de eventuais problemas de adaptação (sinalização acústica e visual), respeitado o prazo de 30 (trinta) dias do item anterior;

* 1. O prazo inicial de garantia será contado a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do(s) veículo(s) – item 7.1, alínea “b”;
  2. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia com base em regras praticadas aos demais consumidores constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento, haja vista que o presente Termo de Referência prevê garantia/assistência técnica diferenciada cuja participação da empresa no certame licitatório configura na aceitação plena de suas condições;
  3. O sistema elétrico de todos os veículos deve ser totalmente compatível com as modificações para configuração policial e possuir a garantia prevista no item 7.7, observando que a bateria deve possuir seu nível máximo de carga no momento do recebimento dos veículos pela comissão do DPF, sendo passível a troca imediata caso comprometa o funcionamento de partida. Esta condição é justificada pelo período em que o veículo permanece em desuso na montagem dos acessórios e equipamentos policiais, prejudicando a carga das baterias elétricas de forma irreversível, portanto sendo obrigatória a reposição imediata da bateria original recomendada e comercializada pelas concessionárias do fabricante.
  4. A CONTRATADA deverá realizar uma entrega técnica que consiste na capacitação de servidores do DPF acerca dos recursos disponíveis no veículo, a qual deverá ser realizada até a Entrega Definitiva constante no item 7.1, alínea “b”.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações mínimas constantes deste instrumento e no local indicado no Termo de Referência.
   2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas, as especificações técnicas exigidas, de segunda a sexta- feira, nos dias úteis;
   3. Entregar os veículos no prazo estipulado no contrato, em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações do edital e no Termo de Referência, sob pena de punição nos termos contratuais e editalícios;
   4. Colocar à disposição do DPF os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Termo de Referência;
   5. Assumir o ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Termo de Referência;
   6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1~~º~~ do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65§1);
   7. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   8. Responder por todos os ônus referentes à entrega do objeto, tais como fretes, trâmites de desembaraço alfandegário e aduaneiro, encargos sociais e legais, impostos, despesas alfandegárias, seguros e demais obrigações, além das de ordem trabalhista e previdenciária relativas aos seus empregados;
   9. Responsabilizar-se pelo licenciamento e emplacamento dos veículos em cada cidade da Unidade da Federação onde for entregue, de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e entregar o bem com tanque de combustível cheio.
   10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da contratante;
   11. Manter sigilo de todas as informações referentes ao Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual;
   12. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela contratante sem prévia autorização;
   13. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante a vigência da garantia, atendendo de imediato as reclamações;
   14. Atender solicitações do Departamento de Polícia Federal no prazo máximo de 24 horas, mediante atendimento telefônico, fax, e-mail ou no site, para resolução de problemas de utilização dos veículos, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre a sua utilização;
   15. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato que se verifique defeituoso, quando da fiscalização para recebimento, bem como sanar os defeitos de fabricação, avarias na sua constituição por conta dos materiais empregados pelo fornecedor ou fabricante dos veículos ou acessórios, mesmo que verificados quando da utilização dos automóveis;
   16. Corrigir os eventuais defeitos apresentados pelos veículos, compreendendo substituições, ajustes e correções necessárias, dentro do prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos.
   17. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa licitante tenha fornecido os objetos, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do termo de referência;
   18. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o atestado que expressamente certifique que a licitante já forneceu pelo menos 10% (dez por cento) do objeto do Termo de Referência;
   19. A CONTRATADA deve fornecer a Tabela Tempária (tempo padrão de mão-de-obra) de reposição de peças e serviços de todos os veículos.
2. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
   1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
   2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
   3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
   4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
3. **MEDIDAS ACAUTELADORAS**
   1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
4. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
   1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante do DPF, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
      1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
     1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
     2. Apresentar documentação falsa;
     3. Comportar-se de modo inidôneo;
     4. Cometer fraude fiscal;
     5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
  2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação - deverá ser feita com notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
2. Multa:

b.1- Moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor por inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

b.2- Moratória de até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor por inadimplemento, após o 30°(trigésimo) dia, que cumulativamente à multa prevista na alínea anterior limitar-se-á ao percentual de 10% (dez por cento);

b.3- Multa indenizatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

c.1- Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

1. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
   * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
   1. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
      1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
      2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
   7. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital;
   8. Não serão passíveis de multas os atrasos (desde que comprovados) decorrentes de trâmites junto aos Órgãos de trânsito estaduais para fins de emplacamento dos veículos, após a Entrega Provisória (item 7.1, alínea “a”), todavia, condiciona-se o pagamento do veículo somente após a regularização documental do bem.
3. **DO REGISTRO DE PREÇOS**
   1. Tendo em vista a constante necessidade de aquisição de viaturas para o DPF, o que abrange tanto a sua sede quanto todas as suas regionais, cada qual com suas peculiaridades e necessidades distintas, ocasionadas pela continentalidade e complexidade geográfica/climática do país, não obstante, ainda a necessidade anual de renovação da nossa frota, nos termos e moldes na IN MPOG/SLTI nº 03, de 15/05/2008 e finalmente, em consonância com o Decreto nº 7.892/2013, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de registro de preços por prazo fixo e determinado para os bens em tela;
   2. O registro de preços visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/vencedora/contratada poderá exigir do Departamento de Polícia Federal durante o prazo de validade da ata de registro de preços que será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Decreto nº 7.892, de 2013, nas condições e formas a seguir mencionadas;
   3. Registrado o preço e assinada a Ata, a empresa vencedora deverá, sempre que requisitada pelos Órgãos Gerenciador e Participantes, fornecer os bens do mesmo modelo e especificações exigidas pelo contratante, pelos valores que foram devidamente registrados na Ata de Registro de Preços;
   4. Para fins do inciso II do art. 9º do Decreto nº 7.892, de 2013, a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade da Ata de Registro de Preços é o mencionado na tabela abaixo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QUANTIDADE** | **DESCRIÇÃO** |
| 1 | 50 | Sedan Luxo (descaracterizado) |

Tabela 2 – Estimativa das quantidades a serem adquiridas (inciso II do art. 9º do Decreto n.º 7.892/2013)

* 1. Nos termos do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, o Departamento de Polícia Federal não está obrigado a adquirir o quantitativo contido na tabela acima, posto que as requisições de fornecimento serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração;
  2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
  3. O Departamento de Polícia Federal poderá pagar o preço ofertado aceito e registrado na Ata de Registro de Preços dentro do prazo de vigência da referida Ata, caso continue vantajoso para a Administração no momento da demanda a ser adquirida;
  4. O registro de preços poderá ser cancelado nas hipóteses previstas no art. 21 do Decreto nº 7.892/2013;
  5. O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses na forma do art. 12 do Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, com a finalidade de atender aos diversos Órgãos da Administração Pública;

1. **IMPACTO AMBIENTAL**
   1. Os veículos a serem adquiridos pelo Departamento de Polícia Federal deverão estar de acordo com as resoluções do CONAMA/MMA que regulamentam o controle de poluição de ar por veículos automotores.
2. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
   1. As empresas interessadas deverão apresentar propostas de preços e documentações de forma clara e detalhada;
   2. Na proposta de preços deverá constar discriminação detalhada do material, marca, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;
   3. A empresa deverá fazer constar da sua proposta a garantia dos bens licitados, conforme exigido no item 7 deste Termo de Referência, contra qualquer defeito de fabricação, sob pena de constatada alguma imperfeição, ter os bens licitados devolvidos e a empresa submetida às sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato, além de outras sanções estabelecidas em Lei;
   4. Os atributos técnicos não comprovados na documentação fornecida serão considerados como não atendidos, salvo em casos extraordinários que deverão ser esclarecidos pelos licitantes sobre as características que distingam o material e que não constem deste Termo de Referência, para serem comprovados pelo Departamento de Polícia Federal;
   5. Havendo divergência entre as características técnicas descritas na proposta do licitante e as disponibilizadas pelo fabricante, (como informes técnicos, manual técnico, folders ou prospectos técnicos), prevalecerão os informes do fabricante, salvo em casos específicos em que o licitante esclareça os motivos da divergência as quais poderão ser aceitas, se for o caso, pelo Departamento de Polícia Federal;
   6. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias** contados da data de sua apresentação;
   7. As propostas deverão ser apresentadas tomando-se por base a formatação da tabela 3, abaixo. Caso algum item de descrição da tabela abaixo não se aplique ao item licitado, o campo valor unitário deverá ser deixado em branco:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Valor Unitário (R$)** |
|  | Valor das Características Básicas |  |
|  | Valor dos Equipamentos e Acessórios |  |
| xx | Valor dos Equipamentos Sinalizadores |  |
|  | Valor dos Dispositivos Acústicos |  |
|  | Valor do Grafismo e Pintura |  |
|  | Valor da modificação para transporte de custodiados |  |
|  | VALOR TOTAL DO VEÍCULO |  |

Tabela 3 – Apresentação das Propostas

* 1. O valor do item proposto será dado pela soma dos subitens que o compõem, sendo que o licitante deverá apresentar o somatório da sua composição para a apresentação formal da proposta;
  2. Os lances serão ofertados levando em consideração o valor unitário de cada item (após a soma dos seus subitens), conforme aquele a que está concorrendo;
  3. Os veículos a serem adquiridos para a utilização em patrulhamento e policiamento serão isentos do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), na forma estabelecida pela Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, regulamentada pelo Decreto 4.544 de 26 de dezembro de 2002 e Instrução Normativa SRF nº 112, de 31 de dezembro de 2001.

1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
   2. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
2. **CONDIÇÕES DE FABRICAÇÃO**
   1. O fabricante é o responsável pela produção/montagem do bem, de acordo com as características estabelecidas no presente termo de referência, bem como todas as exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes;
   2. O contratado é o responsável exclusivo, perante o DPF, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização);
   3. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, deve assegurar a conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela;
   4. O fornecedor em conjunto com o fabricante deve garantir a qualidade do bem mediante o controle de qualidade das matérias-primas e do produto acabado, em todo o processo de fabricação, segundo um plano de controle sistemático o qual, em caso de solicitação formal e por escrito, deve ser franqueado ao conhecimento da Comissão de Recebimento.
3. **DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
   1. Considerando que os veículos do DPF normalmente são utilizados em condições particularmente severas, a assistência técnica deverá ser disponível em todas as unidades (Capitais) da federação para execução da garantia e assistência técnica por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, inclusive nos veículos com adaptações.
   2. Executar, sem ônus ao DPF, a primeira troca de óleo e/ou a primeira revisão especial da manutenção preventiva as substituições das peças e serviços previstos no manual do veículo, inclusive com o objetivo de manter a garantia de fábrica;
   3. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem executadas pela contratada, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.
4. **PAGAMENTO** 
   1. Ocorrendo a entrega definitiva dos materiais, após a devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pelo adjudicatário, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal;
   2. A nota fiscal para efetivo pagamento deve apresentar discriminadamente os bens entregues a que se referir;
   3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material;
   4. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado às empresas vencedoras, para verificação da situação das mesmas, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n° 8.666/93.
   5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento sustado até que o adjudicatário providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus para esta Superintendência.
   6. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e IN. SRF Nº 480, de dezembro de 2004, a Coordenação de Administração – COAD/DLOG e ou participantes extraordinários reterão, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.
   7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I= (TX/100)/365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

* 1. Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

1. **ESTIMATIVA MÉDIA DE CUSTOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTIMATIVA MÉDIA DE CUSTOS (R$)** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE DE VEÍCULOS** | **VALOR UNITÁRIO MÉDIO** | **TOTAL\*** |
|
| 1 | Sedan Luxo (descaracterizado) | 50 | 97.215,00 | 4.860.750,00 |
| **Obs:** \* **Valor Unitário Médio**: média aritmética das cotações recebidas considerando somente os valores entre o menor valor e o menor valor mais 30% das cotações para cada item. | | | | |

Brasília – DF, 19 de novembro de 2014.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RENATO ROSENBLUTH**  Agente de Polícia Federal  SEPLAJ/DPC/CPLAM/DLOG |  | **RICARDO ALEXANDRE WISNIEVSKI**  Escrivão de Polícia Federal  SEPLAJ/DPC/CPLAM/DLOG |
|  |  |  |
| **ROMUEL DE JESUS SOUSA**  Agente de Polícia Federal  SETRAN/DSG/COAD/DLOG |  | **FELIPE LOPES DA CRUZ**  Agente de Polícia Federal  Chefe do SEPLAJ/DPC/CPLAM/DLOG |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **WILLIAM ENIO GUEDES FABRICIO**  Agente de Polícia Federal  Chefe da DSG/COAD/DLOG |  | **RODRIGO DANTAS DE ARAUJO MAIA**  Escrivão de Polícia Federal  Chefe da DPC/CPLAM/DLOG |

De acordo,

**GUSTAVO HENRIQUE M. A. DA SILVA**

Perito Criminal Federal

Coordenador-Geral da CPLAM/DLOG/DPF

Aprovo,

**FERNANDO DURAN POCH**

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Logística Policial – DLOG/DPF

**ANEXO I**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**ANEXO I**

**ITEM 1**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SEDAN MAIOR - RESERVADO**

Descrição das características técnicas dos veículos tipo sedan MAIOR (veículos descaracterizados e com respectivas adaptações) a serem adquiridos para emprego do Departamento de Polícia Federal (DPF).

1. **VEÍCULO BÁSICO:**

Características básicas do veículo onde deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

* 1. Veículo automotor, de passageiros, tipo automóvel sedan, monobloco em aço e original de fábrica, de três volumes, com pintura original de fábrica, zero quilômetro de fábrica, modificado para uso policial VELADO, sob responsabilidade da empresa fornecedora (Portaria nº 30/2004-INMETRO). Este tipo de veículo é o que mais se enquadra nos serviços reservados realizados pela Polícia Federal em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas, onde as boas condições do asfalto favorecem o seu desempenho, pois permitem deslocamento com maior rapidez e agilidade nas estradas das regiões metropolitanas com trânsito intenso. Tem boa dirigibilidade, aceleração, frenagem, retomadas e estabilidade, bem como dispõe de espaço interno no compartimento de carga que permite acomodação de diversos equipamentos de uso reservado.
  2. Data de fabricação/modelo igual ou posterior à assinatura do contrato. Aquisição de veículo zero quilômetro de fábrica e com modelo cuja versão seja a mais atualizada, evitando adquirir um modelo anterior.
  3. Quatro portas laterais e uma tampa traseira com abertura vertical para cima. Como o veículo terá uso policial velado, será necessária aquisição de um veículo quatro portas que facilita o rápido embarque/desembarque dos integrantes das equipes, as quais podem ser formadas por 04(quatro) policiais. A abertura vertical para cima promove um eficaz manejo dos equipamentos utilizados no serviço policial.
  4. Vidros originais de fábrica, que deverão abrir e fechar verticalmente acionados por mecanismo elétrico nas quatro portas. O sistema de vidro elétrico proporciona aos integrantes do veículo maior praticidade e menor esforço, fazendo com que o policial não desvie a atenção e fique com o foco voltado para seu objetivo e tudo o que acontece ao seu redor, bem como facilita o manejo de equipamentos policiais em conjunto com o manuseio dos vidros.
  5. Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica, inclusive na chave reserva;
  6. Alarme original de fábrica;
  7. Compartimento de carga com volume mínimo de 430 litros (tolerância de 5%), e conforme ABNT. Uma viatura de uso reservado necessita de um compartimento de carga compatível com o material que é necessário ter num veículo para este uso, tais como: coletes, armamento, munições, filmadoras, rádios comunicadores, etc. Estes veículos são bastante usados em viajem de longo período e distâncias, Brasil afora, sendo necessário boa capacidade de carga para acomodar também bolsas e malas dos Policiais Federais.
  8. Transmissão automática. Em função da utilização do veículo para trabalhos específicos, exige-se esse câmbio.
  9. Piloto automático. Equipamento que auxilia no conforto de rodagem por manter a velocidade do veículo estável, e também gera um menor estresse ao condutor durante longos trajetos, haja vista que durante sua utilização não se faz necessário manter o pedal do acelerador pressionado;
  10. Direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica, original de fábrica. O sistema de direção hidráulica e seus derivados fazem parte de boa parte da frota mundial e é um item que vem a fazer com que o ato de dirigir seja menos cansativo e desgastante, além de proporcionar rápida resposta em manobras e maior controle direcional do veículo, sendo mais adequado à atividade de patrulhamento.
  11. Freio a disco nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema de anti travamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral das rodas, e distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD). O sistema de freio ABS é um divisor de águas quando falamos em sistema de segurança e o EBD otimiza ainda mais o sistema de frenagem, sendo imprescindível para o uso policial.O sistema EBD, que significa controle de distribuição da força de frenagem e trabalha em conjunto com o ABS, faz com que em cada roda seja aplicada uma força de frenagem diferente, conforme a distribuição das forças resultantes aplicadas no sistema carro e pista, pois as variações de aderência de cada pneu no piso poderiam causar a falta de controle do veículo pelo condutor, seja pela distribuição de carga no veículo, seja pela própria composição do piso e dos detritos depositados sobre ele.
  12. Potência de, no mínimo, 145cv (tolerância de 2%), conforme ABNT, e ter a relação peso/potência igual ou abaixo de 10kg/cv. Estes parâmetros são necessários para que a viatura tenha um desempenho mínimo nas atividades policiais, considerando que haverá quatro ocupantes com seus respectivos equipamentos individuais, além daqueles já descritos que usualmente são transportados no porta malas. Se considerarmos ainda os acompanhamentos policiais, os índices de potência e relação peso/potência são de fundamental importância, uma vez que as viaturas não podem ficar abaixo do desempenho médio dos demais veículos que transitam nas rodovias federais. Outro fator importante é que os veículos policiais são constantemente submetidos a situações de uso severo (segundo classificação das próprias montadoras) o que poderia ocasionar um desgaste prematuro principalmente dos componentes do motor e transmissão caso as especificações deste item fiquem abaixo do aqui discriminado.
  13. Velocidade máxima não inferior a 180km/h. Por vezes, desde que em condições adequadas, com todos os dispositivos de sinalização acionados e com segurança, as viaturas policiais necessitam imprimir velocidades acima do regulamentar para perseguições e acompanhamentos táticos ou segurança de dignitários. Esta velocidade deve ser uma velocidade equivalente à máxima da média dos veículos que trafegam nas rodovias federais.
  14. Capacidade mínima do tanque de 55 litros de combustível (tolerância de 2%). Com este volume do tanque garantimos autonomia e tempo de funcionamento considerável, uma vez que por vezes os veículos policiais ficam parados e com motor em funcionamento por horas, sobretudo em trabalhos de vigilância.
  15. Dimensões externas - comprimento mínimo: 4.600mm (tolerância de 2%); distância entre eixos mínima: 2.650mm (tolerância de 2%); largura mínima: 1.800mm (tolerância de 3%) e altura mínima: 1.500mm (tolerância de 2%). Estes parâmetros estão dentro da média dos veículos tipo sedan maior e a distância entre eixos e demais medidas garantem aos integrantes do veículo conforto para longos deslocamentos e facilidade para manuseio de equipamentos policiais, bem como um bom espaço interno, além de que uma boa distância entre-eixos gera maior estabilidade em curvas de alta velocidade. As dimensões apresentadas proporcionam ao veículo um bom balanço traseiro e dianteiro, bem como uma boa distribuição do peso do veículo, o que torna o veículo dinamicamente mais estável.
  16. Sistema de retenção suplementar (airbag) duplo frontal, laterais e de cortina, original de fábrica. Esse dispositivo proporciona boa condição de segurança para os policiais e/ou autoridades que venham a ser transportadas no veículo no caso de acidente, minimizando lesões, sendo de fundamental importância para que se reduzam as vítimas dentro da Instituição.
  17. Capacidade para transporte de cinco passageiros, incluindo o motorista. Requisito básico dos veículos tipo sedan maior. Este item está intimamente ligado ao aspecto das dimensões do carro, que inclusive é um dos itens que está referendado com dimensões mínimas para largura, altura, medidas externas e distância entre eixos. Muitas vezes o deslocamento dos policiais em missões fora da regional é realizado com nossas viaturas com 05 (cinco) Policiais em seu interior que devem ser acomodados de maneira confortável.
  18. Rodas de liga leve, originais do veículo, com banda de rodagem mínima de 215mm, e aro 17 polegadas, admitida banda de rodagens e aros maiores, sendo o estepe com as mesmas características, todos originais de fábrica. Um pneu com banda de rodagem mínima de 215mm, para os veículo aqui discriminado, garante uma boa estabilidade. O pneu deve suportar o peso do veículo e também resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e travagem. Transmitir a potência útil do motor, os esforços em curva, na aceleração e na travagem. Rodar regularmente, de forma mais segura e por mais tempo e proporcionar uma condução do veículo com maior precisão, em qualquer tipo de solo e condição climatérica, desta forma, caso o pneu tenha uma banda de rodagem menor do que 215mm, poderia comprometer a dirigibilidade e segurança do veículo, bem como sua vida útil.
  19. Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente e com função desembaçante do para-brisa. O ar condicionado com a função frio/quente além de garantir aos integrantes do veículo maior conforto, também tem a função de desembaçar o para-brisa e demais vidros do veículo, proporcionando melhor visibilidade e consequentemente maior segurança para a condução do veículo em qualquer situação;
  20. Desembaçador de vidro traseiro. Igualmente importante, pois garante que o vidro seja desembaçado e melhora consideravelmente a visibilidade através do vidro traseiro. Igualmente importante, pois garante que o vidro seja desembaçado e melhora consideravelmente a visibilidade através do vidro traseiro;
  21. Limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa dianteiro. Item de suma importância para limpar o para-brisa através do lavador elétrico e retirar o excesso de água e lama provocado pela chuva ou pela fumaça de água produzida pelos pneus de outros veículos.
  22. Espelhos retrovisores externos, pintados na cor do veículo, com comando interno elétrico. Garantem uma boa visualização das coisas que acontecem na parte traseira do veículo, sendo imprescindível que este comando seja elétrico, pois é mais ergonômico e torna-se mais rápido e simples a regulagem dos retrovisores, haja vista que esta ação e realizada diariamente pelos condutores das viaturas.
  23. Tacômetro (conta-giros) do motor. Por informar o giro do motor, faz com que o condutor faça as trocas de marcha no regime correto sem dar um sobre giro no motor e aproveitando melhor a faixa de torque do mesmo, possibilitando um melhor desempenho do veículo e evitando uma quebra prematura do motor.
  24. Indicador do nível de combustível. Por informar de forma precisa como está o nível de combustível, através da leitura do mesmo o condutor poderá antecipar ou prorrogar um abastecimento. Indicador essencial para que o veículo não fique sem combustível.
  25. Indicador de temperatura de motor. O motor tem uma faixa de temperatura que é considerada ideal, não podendo ser abaixo e nem acima. Temperaturas muito acima do máximo ou abaixo do mínimo são extremamente prejudiciais ao motor. Este indicador mostra em graus centígrados ou através de um indicador de temperatura que vai do azul ao vermelho. Interpretar devidamente estas informações são importantes para preservação do motor e de sua vida útil.
  26. Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo os laterais retráteis de três pontos e o central subabdominal ou de três pontos. Este item é obrigatório em todos os veículos nacionais. Os cintos de 3 pontas garantem maior segurança.
  27. Sistema de abertura ou travamento/destravamento da tampa do porta-malas com acionamento interno pelo motorista. No uso policial é importante, pois o motorista não precisa desembarcar nem desligar o veículo para retirar algum material do porta-malas, otimizando o trabalho policial.
  28. Iluminação no porta-malas com acendimento automático na abertura da tampa traseira. Importante para visualizar o interior da porta malas ou de algum equipamento em seu interior sem a necessidade de uso de lanternas.
  29. Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustáveis em altura, e banco traseiro com apoio para cabeça ajustáveis em altura integrados ao banco, na cor do acabamento interno do veículo. Regulagens que garantem aos integrantes do veículo uma correta adequação do assento ao seu porte físico e maior ergonomia. Importante os apoios de cabeça ajustáveis no banco traseiro, pois evitam o “efeito chicote” em caso de acidentes.
  30. Bancos com revestimento em couro, original de fábrica. Nas viaturas policiais é muito constante o embarque e desembarque do veículo muito mais que qualquer outro veículo, além disso, os policiais estão usando cinto de guarnição e armas que causam grande atrito com o banco e consequentemente um desgaste prematuro.
  31. *Grade protetora do motor/cárter de aço com, no mínimo,****1,6mm de espessura****, ou conforme original de fábrica, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos no conjunto motor/transmissão. Esta grande protetora evita que não só o cárter como outros equipamentos periféricos ao motor sejam atingidos por pedras, lombadas ou buracos, preservando a integridade do veículo.*
  32. Barras de proteção lateral nas portas dianteiras e traseiras. Em caso de colisão lateral, as barras protegem os integrantes do veículo e auxiliam na rigidez torcional do veículo.
  33. Kit multimídia integrado ao painel do veículo composto por CD player, Sistema GPS com no mínimo 1200 cidades mapeadas, rádio AM/FM, entrada USB e no mínimo 4 alto falantes e 2 tweeters, originais do veículo. Com frequência as viaturas do DPF se deslocam para lugares diversos do Brasil o que gera a necessidade de um equipamento de navegação, qual seja o GPS, bem como um sistema de som para propiciar conforto durante longos deslocamentos;
  34. Faróis auxiliares de neblina originais de fábrica. Os faróis de neblina ajudam bastante para que o motorista enxergue melhor em situações de névoa ou neblina, pois a maior concentração da névoa é abaixo dos faróis principais. Este sistema sendo original de fábrica tem encaixe perfeito e evita problemas na parte elétrica que muitas vezes acontecem quando o sistema não é original de fábrica.
  35. Sensor de estacionamento na parte traseira do veículo, original do veículo, com identificação de obstáculos próximos ao veículo e aviso sonoro ao motorista quando em marcha ré; resistente a interferências de ruídos eletromagnéticos. Item bastante importante e que vem sendo muito usado ultimamente. É um facilitador na hora de estacionar o veículo, evitando pequenas colisões e até atropelamentos. A que se observar que o veículo aqui discriminado possui dimensões maiores do que a média dos automóveis e tem a visibilidade prejudica quando se utiliza o retrovisor interno em manobras de marcha ré, haja vista a parte traseira do veículo longa e alta.
  36. Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE. Principalmente por se tratar de uma viatura policial, é imprescindível que o veículo disponha de todos os equipamentos obrigatórios.

1. **ADAPTAÇÕES E ACESSÓRIOS:**
   1. Sistema elétrico com cabeamento, alternador e bateria de 12V, esta última fixada em compartimento específico, projetada para suportar possíveis vazamentos e vibrações extremas, devendo todo o sistema ser dimensionado e adequado para suportar, simultaneamente, os equipamentos complementares de comunicação e sinalização (acústico e visual) a serem instalados;
   2. Duas tomadas internas de 12V com tampas (acendedor de cigarros e outra auxiliar). Alguns equipamentos usados pela PF são alimentados através destas tomadas 12V.
   3. Iluminação interna da cabine com opção de controle independente na luminária, de modo a impedir ou permitir o acendimento automático quando da abertura das portas. Esse sistema proporciona numa abordagem noturna que o efeito surpresa de utilizado ao nosso favor.
   4. Película de segurança e controle solar, em todos os vidros do veículo (preta ou fumê), inclusive pára-brisas (incolor). A película deverá rejeitar, no mínimo, 90% da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. A aplicação das películas que atendam a Resolução 254/2007-CONTRAN proporcionam aos integrantes do veículo grande proteção da radiação UV, além de não deixar os Policiais Federais visualmente expostos e numa abordagem gera nos integrantes do veículo a incerteza de quantos policiais estão na viatura, evitando possibilidade de reação. Podendo ser utilizado na área de inteligência.
2. **EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E ACÚSTICA**
   1. SINALIZADOR VISUAL
      1. 04 (quatro) mini sinalizadores instalados junto aos faróis e lanternas traseiras, de maneira dissimulada, conforme marca/tipo/modelo do veículo, composto por no mínimo 03 (três) LEDs de alta potência, na cor CRISTAL, selados em formato linear, com aro de acabamento na cor preta; sincronizados face a face com a cor branca estroboscópica. Temperatura de cor de 6500ºK típico;
         1. Os mini sinalizadores deverão ser selados para evitar contato com umidade e atender ao prazo de garantia previsto no Termo de Referência;
      2. 2 (dois) emblemas do Departamento de Policia Federal – DPF, imantados, tendo 40cm de altura e demais medidas proporcionais, conforme Instrução Normativa 03/2009-DG-DPF, de 05 de março de 2009, capazes de se manterem fixados ao veículo mesmo em um deslocamento a uma velocidade média de 80km/h.
   2. SINALIZAÇÃO ACÚSTICA:
      1. Sirene eletrônica composta de amplificador de no mínimo 100W @ 11Ω (Ohms) e unidade sonofletora única, com, no mínimo, 04 (tons), que deverá ser instalado no local mais adequado, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do motorista;
         1. A pressão sonora à frente do veículo não poderá ser inferior a 120dB. Para a comprovação dessa medida, o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a 01 (um) metro do veículo, em altura correspondente ao centro da peça de emissão do som;
      2. O drive utilizado deverá ser específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada à utilização de drives confeccionados para aplicações musicais;
      3. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias, conforme determinações da ANATEL;
3. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. Deverão ser oferecidos ao DPF veículos com cores aleatórias ofertadas regularmente aos cidadãos comuns. As cores serão definidas pelo DPF em momento oportuno.
   2. Os comandos dos equipamentos de sinalização visual e acústica citados nos itens anteriores deverão ser instalados de maneira DISSIMULADA no painel central do veículo, ao alcance fácil do motorista e passageiro;
   3. O DPF se reserva o direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
   4. A localização de todos os itens adaptados, bem como a de qualquer outro item que seja omisso nesta especificação ou julgada incompatível pela empresa adaptadora, deverá ser submetida à Comissão designada em Portaria pelo DPF para aprovação, como condição para recebimento dos veículos, ainda na fase de desenvolvimento do protótipo.
   5. O fabricante/importador da marca, por meio de suas concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou instituídos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia ou não) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção, no mínimo, em cada uma das capitais dos estados da federação.
   6. A contratada deverá fornecer veículos originais de fábrica, que constem da linha regular de produção e comercialização, não se admitindo veículos cujas características originais tenham sido configuradas especificamente para atender a esta compra;
   7. Todas as características básicas e acessórios acima relacionados deverão ser originais de fábrica, admitindo-se similares somente quando não houver original fornecido pelo fabricante do veículo;
   8. A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE todos os manuais e catálogos do veículo, editados em português, bem como Catalogo da rede autorizada em condições de atender a manutenção da viatura adquirida, um conjunto no formato impresso ou em mídia eletrônica;
   9. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

**ANEXO II**

QUADRO DE SUGESTÃO DE

DISTRIBUIÇÃO DE VIATURAS

**ANEXO III**

QUADRO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **ENDEREÇO** | **TELEFONE** |
| **SEDE/DPF** | SAS Quadra 6 - Lotes 09/10, Ed. Sede/DPF, 1º Andar, CEP: 70037.900 – Brasília, DF. (Setor: DMAT) | (61) 2024-8100 |
| **ANP** | Academia Nacional de Polícia Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional Taquari, Lago Norte, CEP.: 71559-900. Brasília, DF. (Setor: SEMAT) | (61) 2024-8822 |
| **COT** | SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, CEP.: 70610-200 – Brasília, DF (Entrega no prédio do Comando de Operações Táticas) | (61) 2024-9200 |
| **DPF/CAS/SP** | Rua Bernardo José Sampaio, 300, Bairro Vila Itapura, CEP.: 13020-450 – Campinas, SP | (19) 3345-2200 |
| **DPF/FIG/PR** | Avenida Paraná, 3470, Jardim Pólo Centro, CEP.: 85863-720, Foz do Iguaçu, PR | (45) 3576-5500 |
| **DPF/LDA/PR** | Rua Tiête, 1450, Vila Nova, CEP.: 86025-230, Londrina, PR | (43) 3294.7272 |
| **DPF/STS/SP** | Rua Riachuelo, 27- Centro, CEP.: 11010-021, Santos, SP | (13) 3213-1800 |
| **SR/DPF/AC** | Rua Floriano Peixoto, 874, Centro, CEP.: 69.908-030 – Rio Branco, Acre | (68) 3212-1200 |
| **SR/DPF/AL** | Av. Walter Ananias, 705, Jaraguá, CEP.: 57025-080 – Maceió, Alagoas - | (82) 3216-6764 |
| **SR/DPF/AM** | Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Conj. Dom Pedro II, CEP.: 69.042-470 –  Manaus, Amazonas | (92) 3655-1515 |
| **SR/DPF/AP** | Av. Ernestino Borges, 1402, Bairro Jesus de Nazaré, CEP.: 68908-010 – Macapá, Amapá | (96) 3213-7500 |
| **SR/DPF/BA** | Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, CEP.: 40460-130 –  Salvador, Bahia | (71) 3319-6000 |
| **SR/DPF/CE** | Rua Dr. Laudelino Coelho, 55 – Bairro de Fátima, CEP.: 60415-430 –  Fortaleza, Ceará | (85) 3392-4972 |
| **SR/DPF/DF** | SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, CEP.: 70610-902 – Brasília/DF | (61) 2024-7500 |
| **SR/DPF/ES** | Rua Vale do Rio Doce - São Torquato, CEP.: 29114-105 – Vila Velha, Espírito Santo | (27) 3041-8032 |
| **SR/DPF/GO** | Av. Edmundo Pinheiro de Abreu nº 826, Setor Bela Vista, CEP.: 74.823-030 – Goiânia, Goiás | (62) 3240-9600 |
| **SR/DPF/MA** | Avenida Daniel de La Touche, nº 4.000, Cohama, CEP.: 65.074-115 – São Luís, Maranhão | (98) 3131-5100 |
| **SR/DPF/MG** | Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez, CEP.: 30430-340 - Belo Horizonte, Minas Gerais | (31) 3330-5200; |
| **SR/DPF/MS** | Rua Luis Fernando Fernandes, 322, Vila Sobrinho, CEP.: 79110-500 – Campo Grande, Mato Grosso do Sul | (67) 3368-1100 |
| **SR/DPF/MT** | Av. Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Araés, 78.008- 000 – Cuiabá, Mato Grosso | (65) 3614-5600 |
| **SR/DPF/PA** | Av. Almirante Barroso, 4466, Souza, CEP.: 66.610-000 – Belém, Pará | (91) 3214-8000 |
| **SR/DPF/PB** | BR 230, Km 07, Rua Annita Luiza Mello Di Lascio, Ponta de Campina, CEP.: 58.310-000 – Cabedelo, Paraíba | (83) 3248-5900 |
| **SR/DPF/PE** | Av. Martin Luther King (Cais do Apolo) 321, CEP 50030-230 – Recife, Pernambuco | (81) 2137-4000 |
| **SR/DPF/PI** | Av. Maranhão 1022, Centro/Norte, CEP.: 64000-010 – Teresina, Piauí | (86) 2106-4924 |
| **SR/DPF/PR** | Rua Professora Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, CEP.: 82.640-040 – Curitiba, Paraná | (041) 3251-7500 |
| **SR/DPF/RJ** | Av. Rodrigues Alves, nº 01, Centro, CEP.: 20081-250 – Rio de Janeiro/RJ | (21) 2203-4000 |
| **SR/DPF/RN** | Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Bairro Lagoa Nova. CEP.: 59064-250 – Natal, Rio Grande do Norte | (84) 3204-5500 |
| **SR/DPF/RO** | Av. Lauro Sodré, 2905, Nacional, Bairro Costa e Silva, CEP.: 78903-711 – Porto Velho, Rondônia | (69) 3216-6200 |
| **SR/DPF/RR** | Av.Fernão Dias Paes Leme nº 11, Calungá, CEP.: 69.308-050 – Boa Vista, Roraima | (95) 3621-1515 |
| **SR/DPF/RS** | Av.Ipiranga, nº 1365, Bairro Azenha, CEP.: 90160-093 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul | (51) 3235-9000 |
| **SR/DPF/SC** | Rua Apóstolo Paschoal Pítsica, 4744, Bairro Agronômica, CEP.: 88.025-255 – Florianópolis, Santa Catarina | (48) 3281-6500 |
| **SR/DPF/SE** | Av. Augusto Franco, 2260 Bairro Siqueira Campos – Aracajú, Sergipe | (79) 3234-8500 |
| **SR/DPF/SP** | Rua Hugo D'antola 95, Lapa de Baixo, CEP.: 05038-090 – São Paulo, SP | (11) 3538-5000 |
| **SR/DPF/TO** | Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI 01, Lote 02, Plano Diretor Norte, CEP 77006-332 – Palmas, Tocantins | (63) 3236-5400 |